

[ 90 ]

## **Jornalistas perdidos no espaço**

23-09-00

[ Profissionais confundem caráter territorial com divisão setorial de atividades ]

[ Confusão surge principalmente para desqualificar programa de assentamento ]

Apesar do nível intelectual dos jornalistas brasileiros ser declinante, eles continuam entre as categorias mais educadas e cultas. Mesmo quando se formam apenas em jornalismo – curso insuficiente ao bom exercício da profissão – acabam aprendendo por osmose, na convivência com colegas mais instruídos. É patente o rápido progresso dos “focas” das boas redações. Mas também é fácil notar que certas falhas de formação são extremamente resistentes. Uma delas é a incapacidade de distinguir o caráter territorial da contradição entre cidade e campo – isto é, entre espaços urbanos e rurais – da natureza setorial das divisões entre agropecuária, indústria e serviços.

As manifestações mais gritantes dessa pertinaz confusão surgem com muita frequência na revista *Veja*, principalmente quando o propósito é desqualificar o programa de assentamentos do governo FHC. O exemplo desta semana está no artigo anônimo intitulado “Mais do que sem terra. Sem chance”. Afirma que “nos Estados Unidos resta apenas 1,5% da população trabalhando no campo”. Contudo, a distribuição territorial dos empregos nos EUA é a seguinte, conforme a OCDE: 31% são urbanos, 33% rurais, e 35% “relativamente rurais”. É a distribuição setorial que leva a *Veja* a trocar gato por lebre: 73% nos serviços, 24% na indústria e só 3% na agropecuária.

Não é necessário evocar o nome de Freud para descrever que esse tipo de lapso seja fruto do acaso. Há na sociedade brasileira um profundo desprezo por tudo que cheire a natureza, viés que se traduz agora nesse soberbo desejo de “urbanizar o campo”. A antítese do que ensina a tal “História da maioria dos países desenvolvidos” (*sic*, o “h” maiúsculo é da *Veja*). Qualquer vestibulando sabe que nos vinte e poucos países que conseguiram desenvolver-se, o setor agropecuário só ocupa atualmente de 2% a 10% dos ativos. Mas pouca gente se dá conta que por lá cada cem hectares da área utilizada absorve o trabalho de seis pessoas, em média. Tomando essa cifra como referência, o futuro Brasil desenvolvido poderá ter um número absoluto de ocupados no setor agropecuário bem maior do que o atual, apesar da inexorável queda de sua participação relativa. O Brasil desenvolvido, no qual o peso relativo da ocupação agropecuária deverá despencar dos atuais 22% para apenas 5%, poderá comportar um aumento do número absoluto dos ocupados no setor da ordem de 20%. Basta que cada cem hectares de sua atual superfície agropecuária útil dê trabalho a seis pessoas, como ocorre em média no Primeiro Mundo, em vez de apenas a cinco, como ocorre aqui.

Tudo vai depender, é claro, de uma escolha da sociedade brasileira. Se for mantida a opção feita em meados do século passado, de fomento a enormes e ineficientes fazendas patronais, agora incapazes de ampliar a oferta de trabalho, o número de ocupados por cem hectares de área útil cairá dos atuais cinco para menos de três. Se, ao contrário, houver chance de que sejam combatidas as razões desse desperdício, a densidade ocupacional da agropecuária poderá se manter, ou mesmo aumentar. Nos dois cenários haverá forte queda

proporcional da ocupação agropecuária. A grande diferença será a pressão sobre os outros mercados de trabalho. Este é o busílis.

Se as perspectivas de criação de empregos nos outros setores fossem bem favoráveis, a posição ultraconservadora reverberada pela revista *Veja* seria até viável, mesmo que desastrosa em termos de equidade (e de seus impactos sobre o crescimento). Infelizmente, tais perspectivas são bem sombrias, principalmente para o grande segmento dos trabalhadores não-qualificados, o que realça a irresponsabilidade da retórica contrária ao programa de assentamentos. Com forte redução da densidade ocupacional na agropecuária, a única outra maneira de evitar um brutal aumento do desemprego nos outros dois setores seria a escolha reacionária de pisar no freio do progresso tecnológico. Como já demonstrou o IPEA, a taxa de desocupação dos trabalhadores não-qualificados só poderia ser razoável na hipótese de um lento processo de inovações na indústria e nos serviços.

Ora, foi justamente por não pretenderem travar o progresso tecnológico que os países desenvolvidos adotaram, desde o início do século 20, uma série de políticas com o objetivo de promover a simbiose familiar de ocupações agropecuárias e ocupações dos outros dois setores. Essa pluriatividade da economia familiar, que sempre ignorou fronteiras entre o rural e o urbano, é o inverso da expulsão prematura de trabalho inerente à opção pela fazenda patronal.

Em resumo, não é apenas a necessidade de combater a pobreza rural que legitima ações públicas que abram novos horizontes às famílias de trabalhadores agrícolas, como é o caso dos assentamentos. Ainda mais importante é perceber o quanto elas são cruciais para que o Brasil possa modernizar-se criando empregos (inclusive para jornalistas).